

AS CRIANÇAS E O GUIA DOS MUSEUS BRASILEIROS COMO OBJETOS DE ESTUDO

CHILDREN AND THE BRAZILIAN MUSEUMS' GUIDE AS STUDY OBJECTS

CARVALHO, Cristina
cristinacarvalho@puc-rio.br
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESUMO O artigo se propõe a apresentar os resultados de uma primeira análise do Guia dos Museus Brasileiros e concepções de criança, escola e museu por parte de instituições culturais da cidade do Rio de Janeiro listadas nessa obra. Enquanto procedimento metodológico, utilizou-se a análise de conteúdo na apreciação do Guia e nas concepções apresentadas pelas instituições através do contato realizado via e-mail e telefone. Em diálogo com autores que se debruçaram sobre a temática da cultura, da infância e dos museus, constatou-se equívocos e ambiguidades na elaboração do Guia e nas concepções apresentadas pelas instituições, reiterando a difícil relação entre as escolas e os museus, já apontada em outras pesquisas.

Palavras-chave: Crianças. Escolas. Museus. Guia dos Museus Brasileiros.

ABSTRACT This paper presents a first analysis of the Brazilian Museums' Guide, and of the conceptions of child, school and museum promoted by the cultural institutions of Rio de Janeiro listed in the Guide. As methodological procedure, content analysis was employed in the appreciation of the Guide and in the contact by email and phone with the institutions. In light of authors who have studied the themes of culture, childhood, and museums, misunderstandings and ambiguities were detected both in the production of the Guide as well as in the conceptions presented by the institutions, confirming the difficulty in the relationship between schools and museums, as already suggested by other studies.

Keywords: Children. Schools. Museums. Brazilian Museums' Guide.

1 INTRODUÇÃO

Este texto se propõe a apresentar os resultados de uma primeira análise do Guia dos Museus Brasileiros, publicado em 2011 pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM),

e das concepções de criança, de museu, de escola e de público por parte das instituições culturais da cidade do Rio de Janeiro listadas nessa obra. A princípio, o Guia não se apresentava como objeto de análise, pois o objetivo principal da pesquisa que deu origem às questões aqui apresentadas é investigar os Setores Educativos de Museus e Centros Culturais da cidade do Rio de Janeiro com o intuito de mapear e conhecer as atividades oferecidas ao público em geral - e mais especificamente ao segmento da educação infantil (crianças de 0 a 6 anos) -, a estrutura de funcionamento mantida pelas instituições, os agentes sociais que neles atuam e, principalmente, as estratégias pedagógicas desenvolvidas nesses espaços, de modo a refletir sobre a relação museus e escolas.

Contudo, para a realização da primeira etapa da investigação - mapear os museus da cidade do Rio de Janeiro que possuíam Setores Educativos -, o lançamento dessa recente publicação apresentou-se como ponto de partida. Segundo os organizadores da publicação, as informações apresentadas no Guia foram coletadas de 2006 a 2011 pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM), “com o objetivo de recolher sistematicamente informações sobre os museus brasileiros e compartilhá-las amplamente com a sociedade, visando assim constituir-se não apenas em importante fonte de pesquisa, mas também em centro difusor dos museus brasileiros” (IBRAM, 2011, p. 13). A equipe responsável destacou, ainda, a intenção de estimular não somente a visita, “seja ela presencial ou virtual, mas também o conhecimento e a apropriação das mais de 3.000 instituições museológicas brasileiras” (IBRAM, 2011, p. 13).

Apesar de os organizadores destacarem que essa distribuição buscou facilitar o manuseio, permitindo ao leitor uma rápida identificação dos conteúdos, ao explorar o material, não foi essa a realidade encontrada. Já na primeira análise do Guia, constatamos que a apresentação das instituições segue o critério das regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste), mas, além da ordem alfabética das cidades de cada região, não apresenta uma lógica clara: as instituições não estão em ordem alfabética, ou por bairro, ou por categoria de museus, ou por data de fundação. Outras constatações sobre o Guia foram surgindo e, embora não se configurasse como objeto de análise, as questões relativas à elaboração, ao manuseio e às informações constantes na obra desviaram o percurso de pesquisa previamente planejado, levando

esta pesquisadora a tomar o Guia como objeto de estudo. Enquanto procedimento metodológico, utilizou-se alguns aspectos da análise de conteúdo (BARDIN, 2004) na apreciação do Guia e nas concepções apresentadas pelas instituições, contatadas via e-mail e telefone. Cabe destacar que o Guia é uma produção realizada com recurso público e que não atende ao objetivo expresso pelos próprios idealizadores de “estimular a visitação, o conhecimento e a apropriação das instituições museológicas brasileiras” (IBRAM, 2011, p. 13).

1.2 O GUIA DOS MUSEUS BRASILEIROS: AO BRASIL, SEUS MUSEUS?

Ao Brasil, seus museus é o título de abertura da apresentação do Guia dos Museus Brasileiros (IBRAM, 2011, p. 9). Segundo Bardin (2004), o desenvolvimento histórico da análise de conteúdo se apoiou no desejo de rigor e na necessidade de descobrir além da superficial aparência. A técnica foi usada inicialmente há mais de 200 anos para analisar textos diversos, como discursos, artigos de jornais e revistas, propagandas, estórias folclóricas e hinos. Mas foi nos Estados Unidos, nas quatro primeiras décadas do século XX, que se desenvolveu como técnica, apresentando novas perspectivas metodológicas e juntando-se a outras áreas: sociologia, psicologia, ciência política, história, psiquiatria, psicanálise e linguística. Atualmente, a análise de conteúdo tem como objetivo ir além da compreensão imediata e espontânea, e pressupõe uma construção de ligações entre os pressupostos de análise e os elementos que aparecem no conteúdo. Essa foi então a opção metodológica adotada para a análise do Guia.

Desde os tempos da colônia, o conjunto das políticas culturais no Brasil esteve atrelado às influências do pensamento europeu acerca das instituições culturais que possuíam a dupla função de lembrar o passado e comprovar fatos da história das nações. Ao longo dos anos, a relação entre o Estado e os museus nacionais suscita indagações que perpassam o ideal de se criar uma identidade para a nação brasileira (AZEVEDO, CATÃO, PIRES, 2009; ABREU, 1996).

O primeiro órgão de proteção ao patrimônio brasileiro surgiu com a criação da Inspeção dos Monumentos Nacionais em 1933 e, posteriormente, em 1937, criou-se o

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Entretanto, estudiosos apontam o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, como pioneiro na implementação da política patrimonial. O fato é que a gênese da construção da memória no País se deu a partir da formação do estado nacional, com atuação direta do Poder Público dos estados e do Poder Legislativo federal na elaboração de leis tendentes à preservação de nosso acervo cultural nas primeiras décadas da República (MACHADO, 2009; SANTOS, 1996).

É consenso que foi quase sempre o poder público quem determinou o que deveria ser lembrado ou esquecido, o que deveria ou não ser preservado. Construiu-se uma memória nacional oficial, excludente e celebrativa dos feitos dos “heróis nacionais”, e determinados bens foram eleitos como representativos da memória nacional em detrimento de outros, que pudessem mostrar a diversidade cultural do país (ABREU, 1996; MACHADO, 2009).

O IBRAM - órgão responsável pela elaboração do Guia dos Museus Brasileiros - foi criado em 2009 e sucedeu o IPHAN nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais. Para Machado (2005), a criação do IBRAM representa uma importante iniciativa, e um antigo anseio da comunidade museológica, que vem reconhecer o lugar estratégico dos museus na política pública de cultura brasileira. Mas há de se destacar a participação do Ministério da Cultura e do IPHAN no estímulo dado à criação da Política Nacional de Museus e do Sistema Brasileiro de Museus - rede de articulação e desenvolvimento dos museus brasileiros.

Na Apresentação do Guia, a equipe esclarece que a escolha do nome *Guia* representa uma referência e homenagem a todos os projetos, tanto temáticos quanto estaduais, regionais ou mesmo de caráter nacional, que já tenham sido desenvolvidos no Brasil, fontes indispensáveis para o mapeamento inicial do CNM. É possível identificar, também, a intenção que moveu a elaboração do material: “o Guia foi disponibilizado com o objetivo de conferir aos cidadãos uma publicação que indicasse facilmente as direções, e que, ao mesmo tempo, fosse capaz de oferecer informações fundamentais sobre as práticas e serviços dos museus brasileiros” (IBRAM, 2011, p. 13).

O instrumento utilizado pelo CNM para a coleta de dados foi um questionário de cadastramento, buscando dar conta do amplo espectro de atuações museais brasileiras. O período de corte da pesquisa na base de dados do CNM ocorreu entre os meses de outubro de 2010 a janeiro de 2011. Conforme já destacado, no Guia estão relacionadas mais de 3.000 instituições museológicas, e as informações foram divididas em oito capítulos, sendo os cinco capítulos iniciais relativos aos museus presenciais existentes nas regiões brasileiras. Em seguida são relacionados os museus em processo de implantação, os museus virtuais e os museus extintos, incorporados e renomeados. Cada capítulo apresenta uma cor específica: 1. Região Norte: verde escuro; 2. Região Nordeste: mostarda; 3. Região Sudeste: lilás; 4. Região Sul: azul; 5. Região Centro-Oeste: tijolo; 6. Museus extintos, incorporados e renomeados: amarelo; 7. Museus em Implantação: laranja; 8. Museus Virtuais: verde claro.

Ainda com relação aos museus listados, os organizadores esclarecem que, primeiramente, são apresentadas as instituições cadastradas - aquelas que preencheram o questionário de cadastramento do CNM e que, portanto, dispõem de um conjunto maior de informações. A seguir, são apresentados os museus denominados mapeados - instituições cuja existência foi verificada através de contato telefônico ou e-mail, mas que não preencheram o questionário de cadastramento. Elucidam, ainda, que a distinção entre museus cadastrados e mapeados é realizada pela cor do traço de sublinhado presente no título da instituição e pela quantidade de dados apresentados. Assim, museus cadastrados estão sublinhados em vermelho e museus mapeados em cinza. Contudo, essa informação consta apenas na Apresentação, em meio a tantas outras, e, na verdade, a distinção entre instituições cadastradas e mapeadas não é facilmente visualizada ou compreendida pelo leitor, em nada acrescenta e não possui nenhuma lógica para quem pretende apenas consultar um guia.

De modo geral, a estrutura de apresentação dos museus se propõe a oferecer as seguintes informações ao leitor: ano de criação, situação atual, endereço, tipologia de acervo, acessibilidade, infraestrutura para o recebimento de turistas estrangeiros, horário de funcionamento e natureza administrativa de todos os museus já mapeados pelo IBRAM. Entretanto, ao analisar as informações disponibilizadas foi possível constatar a

ausência de alguns desses dados e, principalmente, a falta de informações sobre as temáticas de cada instituição, o que acaba por cercear seu objetivo de estimular a visita das instituições museológicas brasileiras, uma vez que a especificidade de seus acervos e conteúdos não é esclarecida no Guia.

Igualmente no texto de Apresentação do Guia, os organizadores indicam que as informações sobre as instituições são autodeclaradas e, portanto, sua veracidade é de responsabilidade dos profissionais que realizaram o preenchimento e o envio do instrumento de pesquisa. Todavia, o texto também explicita que, ao receber o questionário, coube à equipe do CNM realizar uma verificação dos itens referentes ao cumprimento das ações de preservação e comunicação “dos conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural” (IBRAM, 2011, p. 18), bem como esclarecer dúvidas dirimidas diretamente com as instituições declarantes. Somente após o correto preenchimento de todos os campos considerados obrigatórios e o atendimento das ações relacionadas no Art. 1º do Estatuto de Museus é que a unidade museal seria cadastrada junto ao CNM. Nesse sentido, na análise do Guia realizada pelo grupo de pesquisa, verificou-se que o trabalho de esclarecimento junto às instituições, no que tange às tipologias do acervo declaradas e/ou informações básicas sobre os espaços, não foi realizado de modo adequado.

Efetuando a contagem dos museus da cidade do Rio de Janeiro, pois as instituições não estão numeradas, o universo da investigação era composto por 115 espaços. Dessas 115 instituições, 56 não informaram a tipologia do acervo e 09 disponibilizaram esses dados de forma incompleta, desconsiderando outros acervos que certamente compõem a instituição e poderiam despertar o interesse do público. Esse é um fator que acaba por reduzir ao público as informações necessárias para o estímulo à visita desses espaços. Ocorre, portanto, o esvaziamento das informações sobre a variedade presente nas tipologias do acervo dessas instituições. Mais do que informar essa tipologia, consideramos que também cabe conquistar a curiosidade dos leitores ao esboçar as experiências que podem ser vivenciadas nessas instituições.

MUSEU	TIPOLOGIA DE ACERVO INFORMADA
Museu Histórico Nacional	apenas em História
Casa de Benjamin Constant	apenas em Artes Visuais
Museu Internacional de Arte Naif	apenas em Artes Visuais
Museu Militar Conde de Linhares	apenas em História
Museu Casa do Pontal	apenas em Artes Visuais
Centro Cultural Correios	apenas em Artes Visuais
Centro Cultural Municipal Oduvaldo Vianna Filho (Castelinho do Flamengo)	apenas em Imagem e Som
Ilha Fiscal	apenas em Ciência/Tecnologia e História
Museu do Trem	apenas em História

Fonte: Análise do Guia dos Museus Brasileiros (IBRAM/ 2011). Grupo de Pesquisa, 2014.

Ainda com relação à tipologia do acervo de cada instituição, em alguns casos esse item se torna confuso, apresenta excesso de dados e a informação acaba por se perder. O Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro é um desses exemplos: seu acervo se caracteriza como sendo de Antropologia e Etnografia; Artes Visuais; Ciência e Tecnologia; História; Imagem e Som; Virtual. Em meio a tantas definições, o foco do museu se dilui. Por outro lado, o Museu João e Maria apresenta uma situação oposta: a instituição não relata a tipologia e nenhuma outra informação adicional que caracterize o museu. Dessa forma, parece-nos que seria interessante se o Guia tivesse um campo adicional com uma descrição breve, relatando um pouco do seu acervo e seus objetivos.

Também é notável a quantidade de museus ligados à Ciência e Tecnologia e às Ciências Naturais que não apresentam a tipologia do acervo, tais como: Museu do Universo; Espaço Cultural da Marinha; Casa da Ciência; Espaço Ciência Viva; Fundação Planetário; Fundação Jardim Zoológico; Museu do Horto; Museu do Ambiente e outros.

O desencontro de algumas informações constantes no Guia com outras fontes de pesquisa também se fez presente na análise da obra. Dentre os 115 museus do município do Rio de Janeiro, 10 declaram ter natureza administrativa municipal. No entanto, ao entrar no site da Secretaria Municipal de Cultura, apenas cinco equipamentos culturais são listados como museus, sendo que dois desses espaços não constam no Guia: um

deles - o Museu do Amanhã - estava em construção e foi inaugurado em dezembro de 2015, e o Museu de Arte do Rio (MAR), inaugurado em 2013, após a publicação. Os outros três museus são: Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro; Memorial Municipal Getúlio Vargas; Ecomuseu.

Vale destacar que o conceito de museu adotado pelos organizadores do Guia é o mesmo utilizado pelo CNM que se encontra expresso no Estatuto de Museus, promulgado pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades. (IBRAM, 2011, p. 15).

Mesmo diante das questões aqui apresentadas sobre a elaboração e as informações constantes no Guia, tendo em vista a sua já mencionada atualidade, consideramos que esses aspectos não iriam interferir na primeira etapa da investigação – mapear os museus da cidade do Rio de Janeiro que possuíam setor educativo – e optamos por buscar essa informação via e-mail. A proposta metodológica da pesquisa era enviar um questionário apenas para os museus que possuíam setor educativo e, em seguida, após a análise do instrumento, selecionar os espaços que ofereciam atividades para as crianças de 0 a 6 anos – público alvo da investigação. Portanto, configurava-se apenas como uma etapa preliminar, de mapeamento, de construção do universo a ser pesquisado. Frente ao baixo retorno dos e-mails enviados, realizamos contato também via telefone, e as respostas de alguns e-mails e desses contatos fizeram que nos detivéssemos sobre os achados, dando origem ao texto aqui apresentado.

2 O CONTATO COM OS MUSEUS: “COMO É MESMO O NOME DESSE LOCAL? É SETOR EDUCATIVO, NÃO É?”

A literatura sobre museus no Brasil já conta com uma expressiva produção acadêmica que, em grande parte, problematiza, sob diferentes enfoques, a questão educativa dos museus. Entretanto, conforme destaca Machado (2009), essa é uma área que carece de pesquisas que tenham como objeto de estudo o próprio setor educativo, enquanto responsável pelas atividades educativas desenvolvidas no museu.

Buscando então mapear os setores educativos dos museus da cidade do Rio de Janeiro, no momento de envio dos e-mails, dois aspectos foram detectados: 15 instituições não dispunham de endereço eletrônico e 4 museus, apesar de se apresentarem de modo autônomo, possuíam a mesma gestão administrativa e o mesmo endereço. Não havia, portanto, motivos para contatar a mesma instituição duas vezes. Feitos esses ajustes, a amostra foi reduzida para 96 espaços culturais.

Nesse contato via e-mail com os museus, algumas instituições responderam destacando que não compreenderam ou estranharam a nomenclatura setor educativo: “o que você chama de setor educativo?”; “Nós temos um departamento que atende escola. É isso que a pesquisa quer saber?”². Por outro lado, essa constatação reiterou a necessidade de aprofundar as discussões em torno desse conceito.

Tomando como base a bibliografia sobre educação em museus, dada a ausência de estudos específicos sobre setor educativo, Machado (2009) apresenta um breve histórico do surgimento desse *serviço* nos museus, as funções que lhe foram atribuídas e as principais características que vêm definindo a sua atuação. Para a autora, o setor educativo se configura como uma área ou um serviço específico do museu, criado para atender o grande público, especialmente o escolar. Nas palavras da autora (MACHADO, 2009, p. 34), “enquanto o museu não dispunha de setor educativo ou profissionais

¹ Fala captada em contato telefônico.

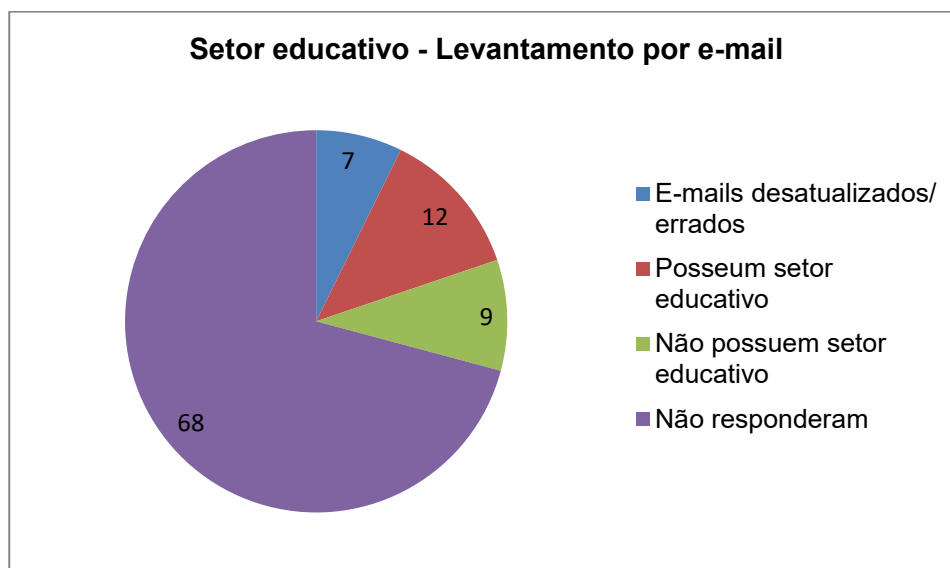
² As falas apresentadas ao longo deste texto foram coletadas, entre 2012 e 2013, pelos integrantes do grupo de pesquisa nos contatos telefônico e via e-mail.

destinados às tarefas educativas, cabia ao curador provê-lo de atividades educativas para receber as escolas”.

Segundo Benoist (1971), o primeiro setor educativo permanente de museu foi criado pelo Museu do Louvre, em 1880 e, naquele mesmo ano, o *Victoria and Albert Museum* também instituiu um setor educativo. Machado (2009) destaca que as atribuições dos setores educativos, afirmadas e sistematizadas em vários seminários internacionais e nacionais, são fundamentalmente as mesmas assumidas pelo setor educativo do *Victoria and Albert Museum*, e continuam sendo, ainda hoje, as principais atribuições que cabem aos setores educativos das diferentes categorias de museus. Entretanto, a autora ressalta a ausência de discussão de referenciais teóricos para as ações educativas propostas e da sua importância para orientar a concepção, realização e avaliação das práticas educativas nos museus.

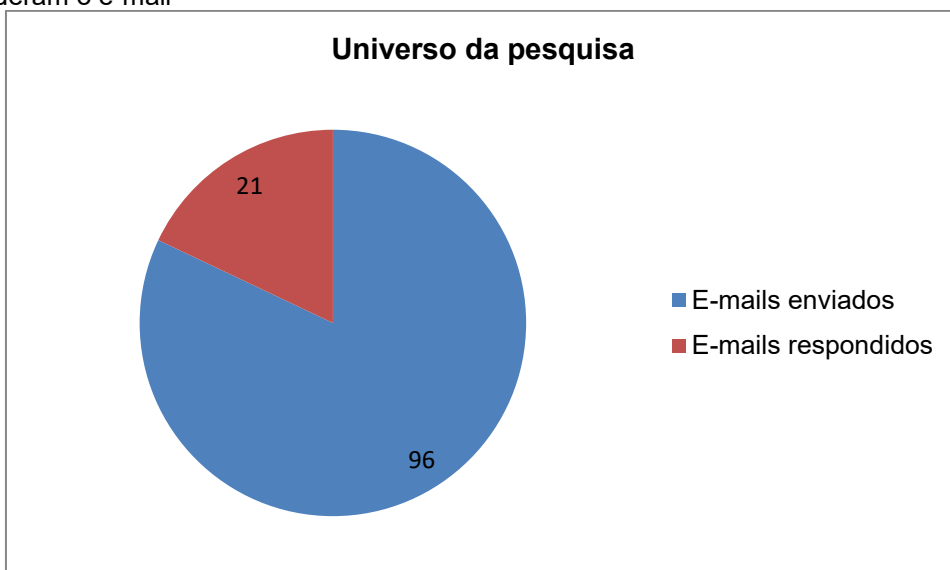
Na verdade, o contato via e-mail para o mapeamento dos setores educativos apresentou inúmeras dificuldades e não possibilitou o retorno esperado: após inúmeras tentativas de reenvio dos e-mails, e semanas aguardando pelas respostas, os resultados obtidos foram os seguintes: dos 96 e-mails encaminhados, 7 endereços eletrônicos retornaram como estando equivocados/ desatualizados; 12 responderam que possuíam setor educativo; 9 não tinham setor educativo; e 68 não responderam ao contato via e-mail (gráfico 1). Ou seja, nesse primeiro momento, de 96 e-mails enviados, tivemos o retorno de apenas 21 espaços (21,87%) (gráfico 2).

Gráfico 1 – Contato via e-mail com os museus da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pelo Grupo de Pesquisa/ 2014

Gráfico 2 – Universo da pesquisa – E-mails enviados e número de museus da cidade do Rio de Janeiro que responderam o e-mail



Fonte: Elaborado pelo Grupo de Pesquisa/ 2014

Frente ao reduzido retorno por parte dos museus via e-mail, o contato com as instituições foi realizado também por telefone. Conforme destaca Bourdieu (1998), não existem prescrições de uma metodologia, mas perceber e reconhecer as ambiguidades, incoerências, dificuldades e incertezas que envolvem o processo de pesquisa é caminhar em uma direção onde os erros podem ser amenizados. Contudo, é preciso cuidado para

não se cair no outro extremo, ou seja, acreditar que o fato de reconhecer as falhas, garante uma boa pesquisa. Para o autor, as dificuldades, assim como o próprio processo, devem ser colocados em discussão para que se possa avançar na construção do conhecimento, mas exige uma vigilância constante nas condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto, às condições do seu emprego. Vale esclarecer que os 21 espaços que já haviam respondido via e-mail, bem como os 11 museus que constavam como fechados, foram incluídos, pois o prazo para previsão de abertura para alguns já havia expirado.

Nesse contato telefônico, as 11 instituições listadas continuavam fechadas, provisória ou definitivamente, 39 instituições declararam que possuíam setor educativo (as 12 que já haviam informado por e-mail e mais 27 que conseguimos contato), e situações distintas e mesmo inusitadas com relação aos espaços foram detectadas, como aqueles espaços que não se reconhecem como museu. Trechos de falas coletadas em contato telefônico com diversas instituições: “Na verdade aqui é só um parque, quem quiser pode vir. Tem um orelhão. O que estou falando com você”; “Apenas a Igreja continua funcionando. Tem alguma coisa dentro da Igreja”; “Somos uma ONG”; “É só um monumento”; “Aqui é um batalhão do exército. Acho que tem um museu”; “Oferecemos atividades esportivas”; “Aqui tem uma pessoa que às vezes vem e faz uma visita, passeia com as pessoas por aí! Se você quiser eu tenho o celular dele”.

Para Varine (2012, p. 175), a multiplicação de museus em vários países não é sinal de saúde cultural, “mas antes o sintoma de uma inquietude, de um medo do presente e do futuro, que levam ao apego aos objetos do passado, dos quais cada vez mais raramente se compreende os verdadeiros valores ou mesmo sua significação”. O autor destaca o quanto a paixão pelo patrimônio tem sido atualmente de tal modo que os museus floresceram de maneira selvagem e às vezes até mesmo cômica, e que a decisão de criar um museu (ou de refundar um museu existente) não deveria jamais ser tomada sem um longo período de reflexão coletiva e inúmeros questionamentos.

A recorrência de instituições que não se identificavam como museus, mas como batalhão, também chamou a atenção e, analisando o Guia, foi possível verificar que, dentre os 115 museus listados, 21 deles eram de origem militar. Machado (2005) ressalta

o quanto, em vários períodos da história brasileira, os museus foram utilizados como instrumento de veiculação de discursos oficiais, com tendências à efetivação do ideal do regime militar. Tal pensamento museal passava pela ideia de preservação relacionada com a “função prática de amar a pátria” (MACHADO, 2005, p. 142), e a responsabilidade do museu era fazer brotar nos indivíduos um sentimento nacional.

O contato via telefone também gerou incompreensões, provocando entendimentos ainda mais diferenciados, ou mesmo equivocados, em várias esferas. Em alguns desses contatos, por exemplo, a pergunta lançada - se havia um setor educativo - despertou nas pessoas um sentimento de que deveriam ter: “Estão perguntando se temos setor educativo. Nós deveríamos ter? Acho que sim! Nós temos?”. Ou ainda: “Nós temos setor educativo, não é?”; ou, “Como é o nome desse nosso local? É setor educativo, não é”.

Ainda se faz importante sublinhar que alguns museus que acusaram não ter setor educativo afirmaram dispor de visitas guiadas e/ou atendimento a diferentes públicos, por vezes terceirizados, reforçando a ideia de que a questão da nomenclatura é, de fato, importante para a compreensão dessas respostas.

Por outro lado, o contato via telefone permitiu a constatação de uma atitude recorrente por parte de várias instituições: a expressão setor educativo evocava a menção à instituição escola, chegando ao ponto de, em alguns momentos, não ser identificada como público: “A senhora quer dizer escola?”; “Se nós recebemos escola?”; “Só atendemos o público, escola não!”; “Aqui não cabe escola não! Escola é com muita gente. E não temos guarda suficiente para tomar conta”.

Para Lopes (1991), os problemas da relação museu-escola passam pela incompreensão do fato de que a proposta educativa dos museus é diferente da escola e pela concepção, ainda hoje presente, da visita ao museu como complemento e/ou ilustração das questões tratadas em sala de aula. Na mesma perspectiva, Almeida (1997) considera que os museus têm potencial para provocar uma experiência de aprendizagem que vai além de uma complementaridade e que ocorre por meio de estratégias diferentes daquelas utilizadas na escola. Portanto, as relações entre “instituições de ensino formal, como a escola, e de ensino não formal, como os museus, podem ser muito profícuas, caso seus profissionais de educação (professores e educadores de museus)

estabeleçam canais de comunicação para troca de programas de ação educativa” (ALMEIDA, 1997, p. 55).

Além da evocação às escolas, algumas instituições também fizeram a associação imediata entre setor educativo e criança. Mesmo sem que esse segmento fosse mencionado, alguns museus se anteciparam, manifestando, em geral, que aquele não era um público desejado: “Eu não posso receber crianças de modo algum”; “Criança não dá pra vir não!”; “Para ter criança sou obrigado a colocar faixa amarela. E pode não segurar!”.

Investigando a presença do público infantil em espaços culturais, Carvalho (2013) destaca o quanto, dentre as dificuldades apontadas pelos integrantes dos Setores Educativos no atendimento ao público escolar, lidar com as crianças pequenas foi a mais recorrente, configurando-se, por vezes, como o mais indesejado dos visitantes. Ressalta ainda que, para alguns monitores, esse segmento representava um grande desafio, e a incerteza de como realizar o trabalho imperava nas visitas. Conforme a autora, “em geral, demonstraram uma concepção de criança que levava à crença na incapacidade desses sujeitos em aproveitar situações de aprendizagem diferenciadas, como a que se passa em um museu ou centro cultural” (CARVALHO, 2013, p. 303).

Na verdade, vários estudos apontam o quanto o desconhecimento das especificidades da infância (KRAMER, NUNES, CARVALHO, 2013; OLIVEIRA, 2002; ROCHA, 1999) se faz presente na maior parte das atividades propostas ao segmento da Educação Infantil nos espaços museais. Alguns depoimentos dos monitores obtidos por Carvalho (2013, p. 304) reforçam o despreparo em lidar com as crianças pequenas: “Eu não sei o que fazer com as crianças pequenas. Não gosto mesmo”; ‘Acho que fica escrito na minha testa. E não sei se tem muito a ver a vinda delas’; ‘O que se pode fazer com os pequenininhos nessas exposições? Eles não podem entender nada disso!’”. A fala de um dos monitores de uma instituição cultural ao se referir à presença do público infantil nesses espaços resume o que vários estudos apontam: “Criança menorzinha... ninguém merece!” (CARVALHO, 2013, p. 303).

A fala destacada pela autora dialoga com algumas que ouvimos no contato telefônico com as instituições, reiterando o que estudos vêm apontando: as crianças

ainda se apresentam como um público pouco contemplado nas ações desenvolvidas pelos museus.

A concepção de infância adotada em nossa investigação compreende que essa é uma etapa da vida na qual os sujeitos encontram-se constantemente frente a realidades distintas a serem apreendidas, absorvendo e reformulando valores e estratégias que propiciam a formação da sua identidade pessoal e social, e que as crianças são sujeitos de direito. Portanto, assim como Carvalho (2013), defendemos que as crianças merecem sim ter assegurado o direito de frequentar museus e centros culturais.

Também acompanhando o trabalho realizado pelos monitores no atendimento ao público escolar, Franco (1994, p. 118) percebeu a grande dificuldade com relação aos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, destacando o relato das próprias monitoras: “elas não sabiam que tipo de informações deveriam ser passadas para esta clientela”. No entanto, coadunando com as ideias de Panofsky (1987), acredita-se que não se deve ensinar a uma criança ou a um adolescente somente aquilo que são capazes de compreender totalmente, “pelo contrário, é a frase meio digerida, o nome próprio meio situado, o verso meio compreendido, que se lembra pelo som e o ritmo ao invés do significado, o que perdura na memória e incendeia a imaginação” (PANOFSKY, 1987, p. 185). Refletindo sobre o universo infantil, Benjamin (2002, p. 55) destaca que a criança exige do adulto “uma representação clara e compreensível, mas não ‘infantil’. Muito menos aquilo que o adulto costuma considerar como tal. Ela possui senso aguçado mesmo para uma seriedade distante e grave, contanto que esta venha sincera e diretamente ao coração”.

Problematizando as ações desenvolvidas nos museus, Barbosa (2009, p. 22) aponta para a necessidade de pesquisas que avaliem os melhores procedimentos para atingir os objetivos educacionais de hoje, “que se concentram principalmente na flexibilidade de pensar e agir, na capacidade de elaborar em direção à melhor qualidade de vida no planeta e no aprender a aprender”.

Das instituições que declararam não possuir setor educativo, algumas respostas também forneceram indícios sobre o conceito de museu que norteava suas diretrizes, como nos excertos a seguir: “Aqui tem tudo que um museu tem que ter. Tudo muito

conservado, guardado”; “Não tem setor educativo. É bastante fechado”; “Tem toda a parte burocrática funcionando bem. Mas não tem setor educativo”; “A parte de conservação é muito boa. E também a parte burocrática. Cuidamos muito. Que é tudo que um museu tem que ter”; “No dia do soldado, do exército, vem gente visitar”; “Aqui é muito fechado. Só atende poucos”.

Para Poulot (2013), o museu deve conservar elementos do passado e, ao mesmo tempo, conferir-lhe consciência, ou seja, construir uma narrativa, sem reduzir seus visitantes ao silêncio, tampouco ceder aos perigos de uma representação demasiado empática que suscita respostas de cunho afetivo. Varine (2012, p. 171), estudioso da área de museus, declara que chegou à conclusão de que “o museu era – ou deveria ser – um instrumento a serviço do desenvolvimento”.

Outras instituições, embora também tenham declarado não possuir setor educativo, ressaltaram o desejo ou apontaram para a possibilidade de ter esse espaço funcionando: “A equipe está sendo formada”; “O trabalho está sendo elaborado”; “Está previsto para o final do ano”; “Queremos muito ter um setor educativo! Está fazendo falta!”. O funcionário de uma dessas instituições, que se identificou como porteiro, informou que todos os museus da prefeitura do Rio de Janeiro terão setor educativo, citando, inclusive, o nome de uma responsável por essa implantação: “É projeto da prefeitura. Todos os museus da prefeitura vão ter setor educativo”.

Interessante depreender que, nessa etapa da pesquisa, desde o seu início, dificuldades inerentes às instituições museais e culturais e/ou decorrentes do comportamento dos sujeitos envolvidos foram recorrentes, interferindo diretamente nas investigações: a demora no atendimento da ligação; telefones ocupados; linhas que não atendiam; a falta de informação e desconhecimento das pessoas que atendiam ao telefone; número elevado de telefones errados; mensagens gravadas informando que aquele número não existia mais; e a passagem por vários setores.

Por outro lado, a ligação que passava por diversas pessoas na busca por alguém que pudesse dar qualquer informação indicou, em alguns momentos, um interesse em dar uma resposta, ou apresentou pistas significativas para o desenrolar da pesquisa: “Gente, eu sei que tem um museu aqui! Quem é o responsável?”; “Aqui tem museu, não

tem?"; "Quem pode responder? Temos que saber!". O total desconhecimento da existência de um museu no local indicado no Guia também se fez presente em alguns espaços: "Museu? Aqui? Nunca soube!"; "Aqui não é museu não! Aqui é da polícia"; "Como? Museu? Claro que não! Aqui é um centro de esporte".

Outro aspecto interessante a ser destacado é que o tipo de resposta variou muito de uma instituição para a outra, denotando níveis diferenciados de comprometimento com a questão, bem como disponibilidades diversas de participação na investigação. Defendendo a importância de envolvimento de todos os funcionários no projeto de instituições de memória, de diretrizes que conduzam as ações em museus, e apontando caminhos para a construção de um Plano Educacional, Carvalho (2008, p. 88) destaca que:

Uma Política - explicitada através da elaboração de um Plano - significa que o trabalho educacional será então muito mais organizado e direcionado – toda a Instituição estará ciente de sua potencialidade e das diretrizes adotadas, bem como da interligação e responsabilidade de cada setor envolvido. Aprendizagem com suporte e com eficácia deve se constituir como uma função central de toda Instituição de Memória, e a existência de um Plano Educacional proporciona a base para que se cumpram os recursos e abre caminho para uma aprendizagem de fato duradoura. E, ainda, um Plano Educacional apresenta-se como uma possibilidade de registro das ações e como um instrumento norteador na formação de novas equipes, configurando-se, por conseguinte, para além do corpo técnico atuante em cada momento.

3 AO BRASIL, SEUS MUSEUS?

Conforme ressaltado no início deste artigo, de modo geral, o objetivo principal da pesquisa que deu origem a esta reflexão é conhecer as atividades oferecidas ao segmento da educação infantil nos espaços museais, de modo a refletir sobre a relação museus e escolas, e a inserção das crianças nessas instituições. Entretanto, para a construção deste texto, foi apresentado o percurso e os achados decorrentes da análise do Guia dos Museus Brasileiros e do contato via e-mail e telefone com as instituições da cidade do Rio de Janeiro listadas na obra.

Ainda que alterações metodológicas tenham sido efetuadas, apesar de todos os cuidados tomados a partir de aproximações com a teoria, foi possível constatar o quanto

não se tem controle sobre o encontro com a empiria, o quanto a realidade é muito mais complexa, ou, conforme destaca Bourdieu (1998), o quanto é preciso uma postura humilde frente aos objetos de investigação.

Não existia a expectativa de se obter informações que contemplassem as crianças em uma publicação como essa, mas, na verdade, a ausência de informações para as crianças em produções como a que foi abordada, passou a se apresentar como questões que pretendemos abordar com a continuidade da pesquisa: Por que não incluir dados que digam respeito a esse segmento escolar? Em que momento as políticas públicas na área da cultura voltarão o olhar para as crianças, desde a produção de um Guia? Ou ainda, como elaborar um material que de fato ofereça informações relevantes à população? Como produzir um material que informe e estimule a visitação desses espaços? Como pensar em políticas públicas que efetivamente aproximem museus e escolas?

Os obstáculos encontrados na realização dessa primeira etapa da pesquisa exigiram a busca por outras opções metodológicas, mas despertou também a certeza de que seria necessário divulgar não somente os achados decorrentes desse processo, mas, igualmente, alertar para os equívocos na elaboração de um material realizado com recurso público e que se destinava a aproximar o público do universo dos museus. Lembrando que o objetivo o Guia é: “conferir aos cidadãos uma publicação que indicasse facilmente as direções, e que, ao mesmo tempo, fosse capaz de oferecer informações fundamentais sobre as práticas e serviços dos museus brasileiros” (IBRAM, 2011, p. 13). Por outro lado, através de contatos telefônicos e por e-mail, foi possível captar a concepção de criança, de museu, de público e de escola por parte dos museus da cidade do Rio de Janeiro.

Exposto esse percurso de pesquisa, com seus desvios e achados, dos 115 espaços constantes no Guia chegamos a um universo de 96 museus, e, após contato via e-mail e telefone, um total de 39 instituições declararam ter setor educativo. Estudiosos da área de museus apontam como fato a existência de setores educativos na maioria dos museus, não apenas no Brasil. E essa era também a nossa hipótese. Entretanto, não foi esse o panorama encontrado, assim como no estudo realizado por Semedo e Lopes

(2006), que também ressaltam que mais da metade dos museus portugueses não possuem, ainda, departamentos educativos.

Frente à incompreensão e/ou dúvidas demonstradas por algumas instituições sobre o termo setor educativo, ressaltamos a necessidade de dar prosseguimento à investigação na tentativa de mapear e conhecer a estrutura desses espaços, bem como obter informações sobre o atendimento oferecido pelos museus brasileiros à população e/ ou, no recorte da pesquisa aqui apresentada, as ações desenvolvidas com as crianças de 0 a 6 anos nos museus da cidade do Rio de Janeiro.

CRISTINA CARVALHO

Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Educação da PUC-Rio. Coordenadora do Curso de Especialização em Educação Infantil (PUC-Rio) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância (GPEMCI).

REFERÊNCIAS

ABREU, R. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALMEIDA, A. Desafios da relação museu-escola. In: *Comunicação & Educação*. São Paulo, [10]: p. 50-56, set./dez, 1997.

AZEVEDO, F., CATÃO, L. & PIRES, J. (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

BARBOSA, A. Mediação cultural é social. In: BARBOSA, A. & COUTINHO, R. (orgs.). *Arte/educação como mediação cultural e social*. São Paulo: Ed. UNESP, p. 13-22, 2009.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BENJAMIN, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2002.

BENOIST, L. *Musée et Museologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.

BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARVALHO, C. Plano educacional para instituições de memória: algumas reflexões e sugestões. *Revista do Mestrado de História/Vassouras*. Vassouras, v.10, p. 73-104, 2008.

_____. Criança menorzinha... ninguém merece! – políticas de infância em espaços culturais. In: KRAMER, S. & ROCHA, E. (orgs.). *Educação infantil: enfoques em diálogo*. São Paulo: Papirus, p. 295-312, 2013.

FRANCO, S. *As práticas educativas do museu em suas relações com as instituições de 1º. Grau no Espírito Santo*. 153 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1994.

IBRAM. *Guia dos Museus Brasileiros*. Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

KRAMER, S., NUNES, F. & CARVALHO, C. (orgs.). *Educação Infantil: formação e responsabilidade*. Campinas/ SP: Papirus, 2013.

LOPES, M. A favor da desescolarização dos museus. In: *Educação e Sociedade*. V.40, p. 443-55, dez, 1991.

MACHADO, M. I. *O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do museu da vida*. 250 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra, Unicamp, Campinas/SP, 2009.

MACHADO, A. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: Figueiredo, B. & Vidal, D. (orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, p. 137-150, 2005.

OLIVEIRA, Z. (org.). *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

PANOFSKY, E. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

POULOT, D. *Museu e museologia*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ROCHA, E. *A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia*. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 1999.

SANTOS, M. C. O papel dos Museus na construção da identidade nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, no. 28, p. 23-37, 1996.

SEMEDO, A. & LOPES, J. T. (coord.). *Museus, Discursos e Representações*. Porto/Portugal: Edições Afrontamento, 2006.

VARINE, H. *O patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. Maria de Lourdes Parreira Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.